



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Exm.º Senhor

Presidente da Comissão de Saúde

Deputado António Maló de Abreu

Foi hoje conhecido o 7.º Barómetro de Internamentos Sociais, realizado pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH), o qual contou com a participação de 39 hospitais do SNS, num total de 19.462 camas, representando 88% da capacidade a nível nacional.

Segundo esse Barómetro, em março de 2023 encontravam-se internadas, de forma inapropriada, no Serviço Nacional de Saúde (SNS), 1.675 pessoas, número que representa um aumento de 60% face ao mesmo mês de 2022, quando totalizavam 1.048. De sublinhar que, mesmo essas 1.048 camas representaram um aumento de 23% relativamente às 853 que, segundo a APAH, permaneciam inapropriadamente internadas no ano de 2021.

Significa isto que, entre 2021 e 2023, o número de pessoas inapropriadamente internadas nos hospitais do SNS quase duplicou.

De referir, ainda, que o estudo referido apresenta conclusões muito graves, de entre as quais cabe destacar que:

- “Os internamentos inapropriados nas unidades hospitalares do SNS aumentaram este ano, assim como os custos associados a estes casos, que se explicam por atrasos, quer na admissão para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), como na admissão para Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI)”.
- Os internamentos sociais representavam 9,4% do total de internamentos nos hospitais nacionais - excluindo as unidades psiquiátricas - e tinham um custo estimado de quase 52 milhões de euros para o Estado, muito superior aos 19,5 milhões em março de 2022;
- “Extrapolando este cenário para o total do ano de 2023, os internamentos inapropriados podem ter um impacto financeiro de mais de 226 milhões de euros”.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Certo é que toda a realidade que se acabou de descrever contradiz frontalmente a informação do Ministério da Saúde segundo a qual, no final de janeiro de 2023, se encontraria inapropriadamente internadas 665 nos hospitais do SNS, ou seja, menos cerca de mil do que apenas dois meses depois, segundo os números agora revelados pela APAH.

De lembrar, ainda, que o Governo aprovou, há já quatro meses, a Portaria conjunta n.º 38-A/2023, de 2 de fevereiro, com o objetivo de “dar resposta aos utentes que permanecem internados nos hospitais por não terem condições de autonomia ou rede de suporte familiar, possibilitando o acolhimento em lar seja a título temporário ou definitivo”, importando esclarecer como se está a processar a concretização do referido desiderato.

O PSD está profundamente preocupado com esta realidade que, apesar de deplorável e desumana para milhares de doentes – em particular os mais idosos e fragilizados –, revela bem a incapacidade do Governo em delinear e executar uma estratégia consistente que resolva ou, pelo menos, diminua estruturalmente este gravíssimo problema social.

Nesta conformidade, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, que a Comissão de Saúde delibere ouvir a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, a fim de obter informação mais detalhada sobre o 7.º Barómetro de Internamentos Sociais, assim como, para já, o Diretor Executivo do SNS, com vista a permitir avaliar a execução das medidas de redução dos denominados “internamentos sociais” nos hospitais do SNS.

Palácio de S. Bento, 2 de junho de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD,